Síntese - Rev. de Filosofia v. 38 n. 121 (2011): 261-269

## PEQUENO CLÁSSICO CONTEMPORÂNEO: MAQUIAVEL, DE QUENTIN SKINNER

(A little contemporary Classic: Quentin Skinner's Machiavelli)

Marcos Antônio Lopes\*

"Para esta nova edição, revisei inteiramente o texto e atualizei a bibliografia, mas não alterei a linha básica de minha argumentação. Ainda considero Maquiavel essencialmente o expoente de uma forma neoclássica do pensamento político humanista".

Quentin Skinner

Resumo: A argumentação desenvolvida neste texto ocupa-se dos pressupostos teóricos elaborados pelo historiador inglês Quentin Skinner, autor reconhecido por seu importante trabalho no campo das teorias de interpretação dos clássicos da política. Após reconstituir a análise interna de seu livro Maquiavel, apresento e discuto brevemente alguns dos elementos que integram o núcleo da teoria interpretativa dos clássicos, conforme formulada pelo historiador inglês. Em síntese, são apresentados alguns dos pressupostos teóricos que Skinner julga necessários aos que se esforçam em perceber, nos textos políticos, as especificidades da linguagem de sociedades do passado.

Palavras-chave: Teorias interpretativas de textos, Pensamento político, Linguagem e Ação Política, Quentin Skinner.

Abstract: The argument developed in this paper deals with the theoretical assumptions made by the British historian Quentin Skinner, author recognized

Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 121, 2011 | 261

ARQUIVO OK.pmd 261 10/8/2011, 07:24

<sup>\*</sup> Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa). Professor de Teoria Política Moderna na Universidade Estadual de Londrina. Submetido a avaliação no dia 07/04/2011 e aprovado para publicação no dia 23/05/2011.

for their important work in the field of interpretation of classical theories of politics. After reviewing the internal structure of his book *Machiavelli*, I present and discuss briefly some of the elements that make up the core of the theory of interpretation of the classics, as formulated by the English historian. In sum, I present some theoretical assumptions that Skinner thinks necessary for those who strive to realize in political texts, the specific language of past societies.

Key-Words: Text Interpretation Theories, Political Thought, Language and Political Action, Quentin Skinner.

notável o espaço ocupado pelos livros de Quentin Skinner no mer cado editorial brasileiro, e o ano de 2010 rendeu-nos nada menos do que dois títulos: Hobbes e a liberdade republicana e Maquiavel. Com efeito, da rica lavra do historiador inglês, os leitores interessados pelo pensamento político podem ler também livros que há muito integram os catálogos de nossas editoras. Tal é o caso de As fundações do pensamento político moderno, obra na qual Skinner expressa as complexidades da tarefa de interpretar as concepções filosóficas do passado, ao mesmo tempo em que apresenta uma panorâmica das questões relativas ao método de análise dos textos políticos. Nesse grande livro, premiado nos Estados Unidos em 1979, o autor apresenta o processo que forjou o conceito de Estado moderno, a nova sistematização da maquinaria estatal que se espalhou por diferentes regiões da Europa a partir dos finais da Idade Média. Bastante conhecido também é o seu Razão e retórica na filosofia de Hobbes, título no qual o autor penetra nas dificuldades linguísticas do Leviatã. Em tradução brasileira há também Liberdade antes do liberalismo, pequeno volume de ensaios surgido de uma conferência proferida pelo professor Skinner na Universidade de Cambridge, no ano de 1997. Hobbes e a teoria clássica do riso completa o conjunto.1

Publicado originalmente em 1981, *Maquiavel* foi o primeiro título de Skinner lançado no Brasil. A edição de 1988 da editora Brasiliense, em tradução de Maria Lúcia Montes, esgotou-se em breve tempo e não tenho notícias da existência de uma segunda edição. Nesses vinte e poucos anos o livro de Skinner prestou grandes serviços aos estudos maquiavelianos no Brasil. Trata-se de obra constantemente reproduzida, em partes ou na íntegra, para atender a uma demanda que nunca cessou. Agora, com a ótima edição preparada pela editora gaúcha L&PM, o título volta a catálogo, em competente tradução de Denise Bottman, a partir do texto revisado e

262 Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 121, 2011

ARQUIVO OK.pmd 262 10/8/2011, 07:24

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Analisei brevemente cada um desses títulos nas páginas da revista *Síntese*. Ver: LOPES, M.A. "Quentin Skinner, leitor das filosofias políticas modernas". In: *Síntese Nova Fase*. Belo Horizonte, FAJE, v. 37, n. 117, 2010. No mercado editorial brasileiro há ainda: SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

revitalizado pelo autor para a edição inglesa mais recente, que data de 2000. Assim, os leitores universitários brasileiros encontram-se liberados das longas filas no xerox, para ter acesso ao excelente *Maquiavel* de Skinner. Se uma das tarefas mais nobres de um bom editor é farejar títulos essenciais e colocá-los à disposição, parabéns à L&PM por redescobrir um livro que tanta falta faz nas estantes universitárias. Diferentemente da edição brasileira de 1988, essa de 2010 traz um útil índice remissivo de nomes próprios e de obras citadas, além de algumas ilustrações.

Nesse livro, o interesse de Skinner é o de demonstrar o perfil republicano clássico de Maquiavel, perfil este talhado pela cultura humanista do Quattrocento. Do instigante quadro cultural traçado pelo historiador inglês surge um personagem histórico que é, grosso modo, o herdeiro rebelde das próprias tradições que ele utilizou como o seu instrumento de leitura e interpretação da veritá effetuale. Skinner fala das "reações polêmicas" de Maquiavel, analista arguto de um sistema de crenças que endossou apenas após ter estabelecido algumas restrições bastante sérias a tais visões de mundo. Em seu livro, a ideia de Skinner não foge em nada ao espírito de seus demais trabalhos. O traço que se destaca da pena de um historiador com propensão às abordagens teóricas de textos é a defesa dos instrumentos de análise pertinentes à reconstituição do pensamento político do escritor de Florença.<sup>2</sup> Para reconstituir o universo maquiaveliano, para acessar as questões de maior relevo no plano de uma História do Pensamento Político, para pensar Maquiavel em termos assemelhados aos que ele mesmo se concebeu, foi preciso tornar-se capaz de encarar os problemas que o ilustre personagem enfrentou, cujos rastros ou vestígios encontram-se bem documentados em seus vários escritos. Mas, reflete Skinner, se os textos são importantes, isso não significa que sejam suficientes para uma empresa de tal vulto. Portanto, não se trata de deixar o Maquiavel histórico afogarse nas ondas caudalosas de um mar de discurso. Então, será preciso que entre em cena o arqueólogo das ideias passadas, para garimpar certos resíduos que "escaparam das injúrias do tempo" (Maquiavel), na tentativa de reconstituir o sentido original das mensagens por ele deixadas na forma de textos. Assim é que, na interpretação do historiador inglês, os textos serão lidos em contraste com a realidade concreta do personagem histórico, o que implica reconstruir o contexto no qual aquelas obras foram originalmente compostas. Por contexto histórico, Skinner compreende tanto o universo da cultura clássica e renascentista (contexto intelectual), como os

Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 121, 2011

263

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Comentei aspectos relacionados às categorias analíticas e à técnica hermenêutica desenvolvida por Quentin Skinner em dois ensaios. Ver: LOPES, M.A. "Quentin Skinner". In: \_\_\_\_\_\_. & MUNHOZ, S.J. (Org.). Historiadores de nosso tempo. São Paulo: Alameda Editorial, 2010. pp. 267-282; e LOPES, M.A. "Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner". In: Kriterion. Belo Horizonte, UFMG, n. 123, jan.-jun., 2011. pp. 198-215

fundamentos da vida real (contexto político). Apanhado em seu meio, o personagem poderá revelar muito mais de si mesmo. A empresa é, pois, de restituição de Maquiavel ao ambiente em que suas ideias foram formadas. É assim que o historiador do pensamento político poderá nutrir a esperança de apreciar as singularidades do personagem, em vez de se contentar com os sentidos aparentes extraídos de leituras geradas apenas em contato superficial com o texto.

Deixadas de lado as questões pertencentes ao campo da exegese, é preciso dizer algo acerca da grade temática que o historiador inglês entrega em seu "novo" livro. Sua reflexão inicia-se pelos *studia humanitatis*, a formação peculiar aos homens de letras na Florença renascentista. Conta Skinner que a elevação de Maquiavel à Segunda Chancelaria ocorreu sem maiores embaraços, ainda que se tratasse de alguém desconhecido, pelos padrões de exigência vigentes em nomeações dessa envergadura. Contudo, em que pese sua obscuridade, Maquiavel era portador das credenciais necessárias para ocupar um dos mais altos cargos públicos da república, pois havia estudado na Universidade com o influente Marcello Adriani e possuía boa reputação como latinista. Corria o ano de 1498 e o futuro autor de *O Príncipe* contava então 29 anos.

Logo nos meados do ano de 1500 começaram as missões diplomáticas. França, Romanha, Santa Sé e Sacro Império foram os destinos mais importantes em vista dos interesses estratégicos de Florença. O tempo das embaixadas se estendeu até 1510. As missões estrangeiras permitiram-lhe tornarse observador direto da política, no exato feitio como esta se desenrolava nos palcos centrais do poder na Europa dos inícios dos Tempos Modernos. Datam dessa fase seus contatos com o destemido César Bórgia, personagem ao qual dedicaria um razoável espaço nas páginas de seu famoso livro. Não é difícil perceber que dessas experiências ao vivo nasceria a parte mais substantiva de seu realismo político; ao acompanhar tão de perto os movimentos do rei Luís XII, do futuro duque de Valentinois, do papa Júlio II e do imperador Maximiliano, Maquiavel forjou os instrumentos que lhe permitiram evidenciar o princípio de que a política era uma dimensão diferenciada da realidade, no sentido de possuir uma lógica autônoma. Em síntese, no primeiro capítulo de seu livro ("O diplomata") Skinner deixa entrever que as missões diplomáticas fixaram um núcleo de decisiva importância para a constituição do realismo maquiaveliano. De fato, a proximidade de personagens centrais da política europeia propiciou-lhe algumas lições que logo seriam transferidas para as páginas de O Príncipe.

O segundo capítulo intitulado "O conselheiro de príncipes" inicia retratando, ali pelos finais de 1512, um Maquiavel malogrado e bastante desesperançado por uma avassaladora maré de má sorte. Nessa quadra de sua vida ele já experimentara boa parte dos maus tratos advindos das

264 Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 121, 2011

ARQUIVO OK.pmd 264 10/8/2011, 07:24

mudanças no curso da história de Florença. A cidade acabara de ser tomada pelo exército espanhol. Derrubada a república, a consequente perda de seu cargo abriria o caminho do exílio no campo. Chegara a hora de tecer os devaneios que passaram à posteridade como o mais inventivo manual da prática do poder. O retorno triunfal dos Medici em 1512, afastados de Florença por quase duas décadas, criou as circunstâncias necessárias para a concepção de O Príncipe. Ainda que, pela percepção do autor, tais contingências fossem odiosas, seu retiro forçado foi a circunstância que lhe proporcionou o vagar necessário para uma criação intelectual de mais longo curso, pois, até então, seus textos se resumiam a cartas e relatos burocráticos. Como se sabe, uma das matérias centrais de seu livro, projetado em 1513 e efetivamente concluído neste mesmo ano, é o conjunto dos feitos memoráveis protagonizados pelos varões de Plutarco. As lições práticas recebidas por Maquiavel em suas incursões diplomáticas (lição do cardeal de Volterra, de Luís XII, o famoso episódio de Senigália, etc.) foram filtradas pelo autor a seu peculiar modo. Em O Príncipe ele as entrega aos leitores com a jactância de quem apresenta grandes novidades. E bem esse o caso das regras que dita em contraponto às exigências impostas pelo mundo real a todo aspirante do poder. De todo modo, ressalta Skinner, a concepção de O Príncipe está mais relacionada com um projeto estratégico pessoal do que com um apreço especial pela composição de textos. O Príncipe seria a ferramenta destinada a abrir o caminho de seu retorno às esferas do poder. Com efeito, Maquiavel utilizou a obra para encomendar a si próprio aos novos governantes de Florença. Das culminâncias de sua elevada autoestima, ele não se importou em semear aqui e ali alguns elogios a suas aptidões de grande conhecedor das tortuosas complexidades da administração pública. Em síntese, reflete Skinner, sua pretensão era oferecer-se aos Medici como o conselheiro que, ao longo de árduas experiências, acumulara uma sabedoria destinada a ser vital para a segurança da cidade.

Nessas alturas já estamos em pleno curso das dimensões preceptivas do maquiavelismo, que profere suas lições em uma linguagem franca, capaz de chocar a sensibilidade de observadores menos afeitos à nudez dos fatos políticos. E, como também é sabido, as lições mais reveladoras e decisivas derivam da realidade dos principados novos. Dessas potências em germe é que se apreende a verdadeira face da política, pois são os novos líderes, homens que abrem caminho a partir de condições bastante obscuras, aqueles que têm algo de instrutivo a ensinar. Em meio a tais mundos de dificuldades extremas emerge o aparato conceitual destinado a elucidar a verdade efetiva das coisas. Dos relatos das ações extraordinárias dos príncipes novos brotam conceitos centrais, como virtù e fortuna, eixos que garantem a dinâmica muito peculiar da história de eventos políticos proposta por Maquiavel.

Skinner demonstra como desfilam os referidos varões de Plutarco pela história antiga e moderna, em uma movimentação espantosa de feitos

Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 121, 2011 | 265

ARQUIVO OK.pmd 265 10/8/2011, 07:24 exemplares, todos eles destinados a ser colhidos como lições ao governante no tempo presente. A conclusão de Maquiavel é a de que figuras paradigmáticas da política sempre possuíram um talento especial para reunir e concentrar valor e energia, potência e capacidade de explosão, sobretudo nos momentos mais cruciais de sua história. Em seus tormentos com as tribos rebeladas no deserto, Moisés encabeça a lista dos heróis façanhosos. E simplesmente o maior entre os grandes que já existiram. E a galeria dos príncipes bem aquinhoados por altos predicados resulta quase exclusivamente das antigas safras já que, na visão de Maquiavel, o mundo moderno foi bem avaro na modelagem dessas figuras emblemáticas. Apenas Fernando de Aragão reluz nesse horizonte pobre de celebridades. Nesse plano, a glória desfrutada por César Bórgia foi tão efêmera que a promessa de emergência de um príncipe libertador da Itália não resistiu aos primeiros tranços da fortuna. Em verdade, César era criatura do papa Alexandre VI (seu pai). Na falta do criador para abrir-lhe o caminho, foi logo dobrado pela primeira virada da sorte. A conclusão de Maquiavel: metade dos feitos humanos depende da fortuna, mas a deusa não tem o poder de anular os esforços de homens que realmente concentrem uma real virtù.

Naturalmente, a tradição clássica é a corrente transmissora de grande parte da singular sabedoria política do historiador de Florença. Essa nova sabedoria possui fontes diversas e não cabe comentá-las no estreito espaço de uma nota bibliográfica. Mas não é demais dizer que Tito Lívio, Cícero, Sêneca, e mais um pequeno exército de antigos escribas da cultura latina figuram entre as influências intelectuais de maior relevo. Exatamente nesse ponto a abordagem de Skinner flui para a temática crucial das leis e das armas, com todas as implicações morais derivadas de tal assunto. A síntese do realismo político maquiaveliano é então revelada: quando falham as boas leis, apela-se sem sombras de escrúpulos para os expedientes extraordinários, que fundamentalmente são a força e a violência. O corolário dessa lógica da força será expresso por meio do argumento da sublimidade dos fins alcançados, que consiste naqueles efeitos destinados à consolidação de um bem maior. A paz, a segurança e a estabilidade entram na contabilidade dessa nova ciência da política. Mas como compreender a pertinência desse novo princípio, como ajustá-lo às exigências daqueles tempos? Com efeito, é verdade que a tradição humanística do Quattrocento consolidara os valores políticos acalentados por Cícero, por Sêneca e por mais uma penca de filósofos morais importantes e bastante cultuados ainda no tempo de Maquiavel, e mesmo bem depois. A máxima de que "a honestidade é sempre a melhor política" era a síntese de um credo ainda inabalado nos inícios da Epoca Moderna. Maquiavel simplesmente encarou tal argumento como vazio de propósito. O conselheiro dos príncipes operou então a sua mágica. Ele promoveu uma espantosa fluidificação dos conceitos clássicos. Foi desse modo que uma longa e venerada tradição de lições edificantes aos governantes viu-se afrontada com a confiança de quem estava reinventando as coisas, na intenção de promover o bem comum. A

266 Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 121, 2011

ARQUIVO OK.pmd 266 10/8/2011, 07:24

dita fluidificação dos conceitos (leia-se relativização radical das virtudes e dos vícios) consistiu basicamente em conferir máximo valor àquilo que anteriormente era concebido como grande demérito, e vice-versa. Operando a partir desse novo horizonte filosófico, Maquiavel pôde sacar algumas conclusões desconcertantes à imensa maioria de seus contemporâneos: mesmo quando aplicada com extrema crueldade, e desde que capaz de produzir efeitos benéficos à ordem pública (o esquartejamento de Ramiro d'Orco, por exemplo), a violência não era apenas recomendável, mas extremamente necessária; a violência seria boa, sempre que se pudesse fazê-la atuar como potência criadora. A violência bestial, tradicionalmente percebida como um grande mal, não passava de uma elevada virtude. Ora, as circunstâncias são sempre cambiantes. Se os tempos se transformam de modo ininterrupto, ao príncipe será preciso desenvolver a capacidade de adaptação para medir o tamanho do passo a ser dado, em conformidade com as transformações em curso. Caberá ao governante dominar as habilidades para perceber as mudanças. Só assim compreenderá as necessidades de sua época. Então, poderá escolher as armas mais apropriadas ao momento. A lição final: o mundo da política é sombrio demais, além de superpovoado por homens inescrupulosos. Desse modo, agir continuamente na esfera tradicional dos valores principescos seria atrair para si a mais completa ruína. Fica pois explicado o conteúdo de extrema perversidade angariado pelo maquiavelismo ao longo de todos esses séculos. Como diz Quentin Skinner, o maquiavelismo político gerou "... um alarido de execração pública que nunca cessou por completo". (p. 55).

Terceiro capítulo, "O teórico da liberdade". Aqui o autor envereda pela análise da inserção de Maquiavel nos debates em casa de Cosimo Rucellai. A concepção da Mandrágora e dos Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio pertencem a essa nova fase de sua vida. A resignação em assumir-se como homem de letras, e não mais como ator nas altas esferas da vida pública, é a novidade em sua trajetória. Mas houve recompensa nessa frustração. A Mandrágora foi encenada com êxito em Florença e em Roma. Por influência de seus amigos nos gorjeios filosóficos dos Orti Oricellai, Maquiavel acabou por dedicar-se ao tema da liberdade. Skinner afirma que sua reflexão passou a girar em torno do seguinte princípio: as formas políticas do passado só atingiram grandeza quando passaram a desfrutar das vantagens proporcionadas pela liberdade. Exemplares dessa condição foram Atenas e Roma, após libertarem-se da tirania de Pisístrato e dos Tarquínios, respectivamente. Mais uma grande lição a se aprender com o estudo dos tempos antigos: a tirania arrasta todas as sociedades para o precipício, e infeliz da república que não consegue renovar seu amor à realização do bem público, em detrimento dos caprichos pessoais de alguns velhacos oportunistas. A capacidade de realizar o maior bem ao maior número faz a grandeza da cidade. E dentre as formas de governo, a república seria a que atua de forma mais eficaz para a criação de um mundo ordenado. Contudo, até mesmo as repúblicas estáveis tendem a sofrer a

Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 121, 2011 | 267 |

ação degradante do tempo. E a perda do amor cívico seria o primeiro sintoma da decadência em marcha. A extinção da virtù cívica impediria a renovação do ímpeto que sustenta uma comunidade política em seu estado de liberdade. Então, afirma Skinner, Maquiavel acreditou ter encontrado um dos segredos da longevidade das formas de governo: a possibilidade de produzir lideranças dotadas de energia renovadora. Se a cada geração aparecesse um líder de valor, os regimes políticos durariam para sempre. Choques sazonais de virtù desencadeados por parte de um dado personagem ilustre eletrizariam seus compatriotas, redirecionando-os à produção incessante do bem comum. Skinner não se esquece também de que o historiador de Florença ressaltou a vitalidade das instituições como um energético poderoso para a preservação da liberdade. A religião cívica fora um pilar da estabilidade de antigas repúblicas. Exemplo maior extraído do passado: Roma outra vez, a partir das ações civilizadoras de Júnio Bruto. Naqueles tempos afortunados, diz Maquiavel, a religião inspirava o amor pela pátria. E o que fizera o cristianismo? Transformara esses cidadãos de alta estirpe em escravos contemplativos. Outro tema maquiaveliano passado em revista por Skinner: a estabilidade das formas de governo. A solução de Maquiavel chocou seus contemporâneos pois ele investiu no conflito como a base de sustentação de uma sociedade estável. Contrariando toda a tradição humanista, explicou as "desordens de Roma" como a fonte de seus quatrocentos anos de glória.

O quarto e último capítulo dedica-se às teorias do saber histórico que vigoravam ao tempo em que novos ventos tiraram Maquiavel de seu marasmo. Seu título é "O historiador de Florença". Aqui estamos diante de uma nova fase na vida de nosso herói filosófico. Finalmente, Maquiavel conseguira recuperar algo de sua condição perdida. Ora, o ano de 1520 marcou seu retorno às cercanias do poder. O cardeal Giulio de Medici, mais tarde tornado Clemente VII, encomendou a ele a composição de uma história de Florença. Nesse ponto Skinner expõe as regras que caracterizavam os livros de história, completamente impregnados de normas moralizantes e ricamente ornados por efeitos retóricos, tudo isso à moda dos clássicos antigos. Escrever história passava quase exclusivamente por um exercício de emulação de modelos consagrados. E Maquiavel foi fiel a esses preceitos, mas evitou a técnica dos retratos elogiosos de vultos célebres haja vista que, ao olhar para o passado de Florença, não encontrou personagens à altura para compor uma história à moda tradicional. Sua natural atração pelo realismo guiou-o em direções bem diferentes às seguidas pelos historiadores que lhe antecederam. Assim, procurou orientar sua narrativa por uma honesta perspectiva em torno da dinâmica da decadência e ruína da cidade.

Como últimas palavras dessas notas marginais à nova edição de *Maquiavel*, nota-se que Skinner concebe a história do pensamento político como um gênero de pesquisa que deve ocupar-se com a reconstituição do sentido histórico das ideias. O maior desafio do historiador das obras de pensa-

268

Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 121, 2011

ARQUIVO OK.pmd 268 10/8/2011, 07:24

mento é a descoberta do que os escritores políticos pretendiam afirmar em seus discursos. Por isso, ele investe na recuperação das intenções autorais a partir da análise do contexto histórico de produção das obras investigadas, cruzando-as então com os problemas concebidos em seu próprio tempo por outros pensadores. Desse modo, a obra de pensamento assumiria a dimensão de uma resposta consciente, uma dimensão de ato linguístico, reveladora de seu sentido político. A análise desenvolvida por Skinner em seu Maquiavel requer ainda o conhecimento das convenções linguísticas que permearam os debates políticos do autor de O Príncipe. Skinner assegura que a leitura de textos políticos demonstra que as ideias não se separam da linguagem. Ele resume o problema das interações entre texto e contexto nos seguintes termos: o que Maquiavel "estava fazendo" quando escrevia? O objetivo seria o de compreender os efeitos práticos gerados por este exercício intelectual de autor. Dito de outro modo, que tipo de ação Maquiavel pretendia desencadear a partir de ideias postas em circulação sob a forma de discurso político. Como se referiu o próprio Skinner, a análise do contexto faz parte de um círculo hermenêutico muito mais vasto que a simples exegese do texto.

Enfim, é bastante conhecida a fórmula cunhada pelo crítico literário Italo Calvino para a definição de uma obra destinada a fazer autoridade em seu campo. Dentre várias outras possibilidades de definição de um texto paradigmático, Calvino observou que "Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer".3 A partir dessa mais recente leitura do "pequeno" Maquiavel de Skinner, não foi difícil reparar como se mantém acertado esse argumento.

## Bibliografia

SKINNER, Quentin. Maquiavel. Tradução Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2010. 132p. (Tít. orig. Machiavelli. Oxford: Oxford University Press, 2000, Coleção Very Short Introductions).

Endereço do Autor: Rua Men de Sá, 2323 85960-000 Mal. Cândido Rondon - PR

Síntese, Belo Horizonte, v. 38, n. 121, 2011 | 269

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Calvino, Italo. Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11.